

Empregado ou...

Estas palavras não são sinônimos, simbolizam a organização da empresa

Meirivone Aragão
advogada do escritório Advocacia
Operaria – parceira do Sinergia-
-Sergipe

Colaborador?

Observa-se curioso modismo adotado por algumas empresas em chamar os empregados de colaboradores, aparentemente como uma mera e inocente denominação, mas que pode significar o desejo dos empregadores em se esquivar do cumprimento das obrigações inerentes ao contrato de trabalho.

A palavra colaborar significa cooperar; trabalhar na mesma obra; concorrer para um fim em vista. Tomando o conceito genérico, não haveria contradição, pois todas as atividades realizadas em conjunto necessitam de predisposição, boa-vontade, colaboração e esse é um dos elementos naturalmente presentes na relação de emprego, pois do contrário seria servidão ou escravidão (contra a vontade do empregado).

Contudo, a CLT é clara em seu artigo 3º, em denominar empregado, toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Vista de perto e com todas as suas nuances, a relação de emprego é diferente do associativismo ou cooperação, seja pela ótica social ou jurídica. Isto porque é uma relação que origina a luta de classes, onde o “muro de Berlim” jamais foi derrubado, onde há um permanente conflito de interesses dentro do sistema capitalista

O trabalhador vende sua força de trabalho e o patrão se apropria do lucro que advém do processo de produção. Ora, colabora quem tem voz, quem pode interferir no processo produtivo, quem pode em pé de igualdade ditar regras e esse não é o caso dos trabalhadores brasileiros, que em grande número sem sequer possuem Carteira de Trabalho.

Também conta com um sistema de participação nos lucros ainda tímido demais para possibilitar que o trabalhador se veja efetivamente como mero colaborador de uma tarefa cujos benefícios serão distribuídos de modo desproporcional, uma vez que o seu salário não é calculado de modo justo, conforme determinado pela Constituição Federal, em seu artigo 7º, IV, ficando distante de atender às suas necessidades básicas e às de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Os direitos mínimos assegurados pela Constituição federal em seu artigo 7º ainda carecem de efetividade, de modo a ser improvável a modificação da estrutura dessa relação jurídica, para considerar o trabalhador como simples colaborador do patrão.

Chamar de “colaborador” quem cumpre ordens, não tem poder de decisão sobre a forma de exercer o trabalho, não se apropria do lucro



de maneira igual e costuma ser demitido quando questiona seus direitos é até perversidade, além de modo ilusório para disfarçar o permanente conflito entre capital e trabalho. Enquanto obedece calado é chamado de colaborador, porém quando expressa sua vontade, conhece a força de quem tem o poder de punir até com a demissão.

Essa denominação, portanto, não serve para os empregados admitidos sob o regime da CLT, merecendo repúdio da Justiça, das entidades sindicais e dos trabalhadores, enquanto de fato e de direito não tiverem a liberdade de colaborar, o que ocorrerá quando a Justiça Social for finalidade maior que o lucro, nas relações de trabalho.

LEIA NO MEIO:

* Dieese avalia acordo com a Tractebel; * trabalhadores vão para o CA das estatais; * plano de saúde para aposentados

INTER-SINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1064 - 13 de janeiro de 2011

IMPRESSO

Horizonte sombrio na Celesc

Como um mau agouro, a primeira reunião do Conselho de Administração (CA) da Celesc – ocorrida na segunda-feira, dia 10, para eleger os diretores da Geração e Distribuição – foi precedida por um encontro entre o governador Raimundo Colombo com os acionistas minoritários da empresa, na noite de domingo, no Palácio da Agrônômica.

O pressentimento ruim acabou se confirmando. Colombo, segundo a imprensa, além de acenar com a possibilidade de mudança de estatuto da empresa, aceitaria discutir a redução da participação acionária do Estado na Holding.

Em contrapartida, no dia seguinte os minoritários fizeram coro às indicações do governo que podem ser resumidas em duas. A primeira é a transferência dos “Menudos” (os todo-poderosos da secretaria da Fazenda) para a direção da Celesc. A segunda foi colocar um diretor de gestão que será INTERINO.

Com estes dois movimentos, o governador Raimundo Colombo levanta sérias dúvidas sobre o futuro da empresa. Seria o projeto do novo governador manter a política de alienação do poder de mando e de controle da Celesc praticada pelos governadores anteriores? Se não vejamos:

Um diretor de gestão INTERINO tem, por definição, carta branca para fazer o que “for preciso” na empresa antes de deixar o cargo, sob a desculpa esfarrapada e demagógica do famoso “choque de gestão”: cortar direitos trabalhistas, não cumprir acordos coletivos, criar o caos funcional. Depois – quando o clima “ferver” - o diretor em questão deixa o cargo, cumprindo com excelência o papel de “bode expiatório” e é substituído por outro que “somente” dará continuidade a esta “política de sucateamento”. Pior: o diretor interino apontado pelo CA, na segunda-feira, é representante do acionista minoritário Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil), o mesmo que tentaram emplacar alguns meses atrás e acabou

ficando com a diretoria de planejamento da Holding. A perguntar que não quer calar: INTERINO por quanto tempo?

Por que Gavazoni, ex-secretário da Fazenda, quer seus “Menudos” na Celesc? Por que não foram escolhidas pessoas que conhecem a empresa, o sistema elétrico, funcionários de carreira como sugere a Intercel? Esta forma de composição da diretoria proposta pelo CA segue o esquema montado no início do processo de privatização de todas as empresas do setor que passaram para a iniciativa privada. Com este quadro de fiscais da Fazenda a prioridade é cortar gastos e apresentar um resultado vultoso que agrade os acionistas com mais dividendos. Lembra ainda o que está colocado na Cemig. Aliás, como nesta última, os investimentos na Celesc caíram vertiginosamente nos últimos dois anos, com maior ênfase em 2010. O CA impediu os investimentos ao transformá-los em Sdvidendo\$ para os acionistas. A consequência está aí: Celesc sendo sucateada e a população catarinense que, por décadas, tinha orgulho da Celesc, agora protesta contra o atendimento da empresa, como os mineiros fazem há anos.

Lamentável, ainda, que o governador eleito tenha evitado se encontrar com os sindicatos que compõem a Intercel. Apesar de inúmeras tentativas dos sindicatos majoritários e do representante dos empregados no CA, Raimundo Colombo continua sem receber os sindicatos para debater o futuro da Celesc. A mensagem que fica é de que os acionistas minoritários permanecerão com as portas abertas com o governo do estado, tal qual ocorreu nos mandatos de Pavan e LHS, enquanto aos trabalhadores restará a porta fechada.

Não se sabe qual o projeto de Raimundo Colombo para a Celesc. Até agora o governador não respondeu esta pergunta. Mas, por tudo que aconteceu neste início de semana, devemos supor que teremos um ano de muitas lutas e enfrentamentos, continuando vigilantes e determinados na defesa da Celesc pública!

Também no CA da Celesc do dia 10 foi indicado o engenheiro de produção, Michel Becker, para diretor técnico da Geração. Em seu currículo consta que foi engenheiro de produção por oito anos da Tractebel. Não é verdade: por oito anos foi técnico de nível médio. Agora de forma açodada, conforme mostra o engano no currículo divulgado pelo CA, foi agraciado com a Diretoria Técnica da Celesc Geração.



TRIBUNA LIVRE

Acordo com Tractebel traz avanços Daniel Passos - Economista Dieese

A contraproposta da Tractebel apresentou avanços em alguns itens sociais como no Plano de Saúde para os aposentados por invalidez, aos(às) filhos(as) dependentes e no valor do reembolso do auxílio financeiro. Nos itens com maior repercussão financeira também teve avanços importantes que merecem ser destacados, mesmo que tenham ficado aquém do que foi reivindicado.

AUMENTO REAL - Além da correção nos valores do reembolso do quilômetro rodado e da diária alimentação, houve importante melhora no valor do salário já que foi alcançado o maior aumento real (1,05%) dos últimos 10 anos de negociação, conforme demonstra a Tabela seguinte. A inflação ao consumidor no período da data base, medida pelo INPC, foi de 5,39% enquanto os salários serão corrigidos em 6,50%.

O aumento real tem sido uma prática comum na maioria das negociações coletivas no Brasil. No setor elétrico não está sendo diferente. De um conjunto de 22 negociações já finalizadas em 2010 apenas 3 casos não tiveram aumento real. Esse cenário reforçou os argumentos dos dirigentes na negociação, fazendo com que o aumento real superasse o percentual de 1% na Tractebel, colocando-a no mesmo grupo de empresas que acordaram essa condição em suas negociações.

Em uma economia estabilizada, em que é baixo o patamar inflacionário, qualquer aumento real de salário tem um efeito importante na renda do(a) trabalhador(a). No caso da Tractebel o aumento real de 1,05% significa um incremento de 17,55% de uma remuneração nos próximos 12 meses, considerando os efeitos nos salários mensais, nas férias, décimo terceiro e no valor médio da PLR.

VALE ALIMENTAÇÃO - O aumento real também foi aplicado no valor do vale alimentação, sendo que o valor unitário passou de R\$ 30 para R\$ 32. Esse aumento real de 1,21% manteve a trajetória de evolução desse benefício que auxilia todos os(as) empregados(as), mas especialmente aquele(a) de menor renda, pois não está vinculado ao salário individual de cada um. Desde 1998 as negociações tem garantido aumento real no valor do Vale.

A Tabela seguinte revela que esse aumento real acumulado no período superou 105%. Na prática, significa que caso não tivesse tido essa evolução na negociação coletiva e os valores fossem corrigidos apenas pela variação da inflação apurada no período o valor de R\$ 32 seria hoje apenas R\$ 15,60.

No que se refere ainda ao Vale Alimentação a empresa não aceitou manter o pagamento extra no mês de dezembro e, em contrapartida, elevou o pagamento do abono da PLR de R\$ 1.000 pago em 2009 para R\$ 2.000. Apesar de essa troca demonstrar que o objetivo da Tractebel foi o de não consolidar o pagamento do Vale extra que já havia praticado nas duas últimas negociações, em termos monetários a mudança foi benéfica aos(às) empregados(as), pois o aumento de R\$ 1.000 no abono superou o Vale extra que seria de R\$ 704. Mesmo para os que descontarem Imposto de Renda, o valor adicional do Abono não será inferior a R\$ 725.

PLANO CD - Outra conquista importante da negociação coletiva foi a ampliação do percentual de contribuição básica ao Plano de Contribuição Definida (CD) de 3% para 5% sobre a parcela referente a uma URP. Essa conquista beneficiará todos(as) os(as) empregados(as) inscritos no Plano CD ao elevar o montante de reserva financeira que será usufruída na aposentadoria.

PLANO DE SAÚDE - O reajuste de 50% nos valores de referência do auxílio financeiro a recuperação da saúde, antigo reembolso de despesas médicas, foi uma forma que empresa e a INTERSUL encontraram para minimizar a falta de médicos conveniados, principalmente em áreas descentralizadas.

Trabalhadores terão espaço no CA

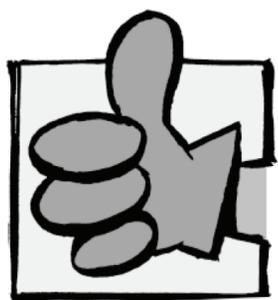
A medida vale para todas estatais brasileiras como Eletrobrás e Eletrosul

No dia 29 do mês passado (dezembro de 2010), o então presidente Lula sancionou a Lei 12.353, que assegura o direito dos trabalhadores elegerem um representante no Conselho de Administração nas empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladoras em que a União, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto. Entre estas empresas estão a Eletrobras e suas subsidiárias.

Os empregados/as da Eletrosul, bem como das demais empresas do grupo Eletrobras, vem há anos cobrando da direção das empresas, através da Intersul e do CNE, a participação de um representante nos Conselhos de Administração. No entanto, ano após ano, a cláusula da pauta de reivindicação dos trabalhadores que trata dessa questão foi negada pela diretoria, que se utiliza-

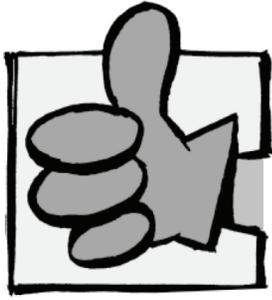
va das mais variadas desculpas para não atender ao pleito dos eletricitários/as.

A participação dos trabalhadores nos espaços de discussão e decisão na sociedade é uma bandeira histórica dos sindicatos. A necessidade de participação é ainda mais clara quando se trata de uma empresa estatal/pública, cujos interesses devem suplantar a lógica do lucro e buscar atender às necessidades primeiras das diversas esferas da sociedade. Os sindicatos integrantes da Intersul defendem que a participação dos trabalhadores nesses espaços seja pautada pela autonomia e postura crítica, pela defesa da empresa pública e dos interesses da classe trabalhadora. Os sindicatos também defendem que a categoria aprofunde o debate sobre o papel dessa representação, a fim de que o eleito/a seja de fato um representante do coletivo.



PLANO DE SAÚDE PARA APOSENTADOS - Os sindicatos integrantes da Intersul e do Coletivo Nacional dos Eletricitários-CNE tem uma bandeira histórica transformada em pauta de reivindicação há muitos anos: Plano de Saúde para Aposentados. Essa reivindicação nunca foi atendida, com a justificativa de que havia/há impedimento legal para que as empresas públicas/estatais venham manter qualquer benefício pós-período laboral (aposentadoria). Nos últimos anos, a Eletrobras tem respondido que estaria realizando um estudo para buscar alternativas para viabilizar essa questão, uma vez que "descobriu" que a Petrobras, Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal já possuíam um programa de saúde para os seus empregados aposentados.

A REVISTA DO SISTEMA



ELETROBRAS do mês de dezembro de 2010 apresenta o andamento desses estudos e os possíveis desdobramentos. Promete, também, que "as providências finais para implantação do plano devem ser concretizadas em 2011." No boletim publicado esta semana, o CNE cobra da Eletrobras a apresentação de uma proposta concreta para os trabalhadores/as. Os sindicatos, que há anos vem lutando em defesa de um plano de saúde para os aposentados/as, esperam que a empresa se empenhe de fato para construir uma proposta que atenda as necessidades desse grupo de trabalhadores/as. Espera também que a solução seja implementada de fato ainda em 2011, conforme promessa de Antonio Muniz, atual presidente da Eletrobras. Como promessa é dívida, a dívida será cobrada!



SINERGIA DÁ INÍCIO A PROCESSO ELEITORAL

Na última segunda-feira, dia 10 de janeiro, o Sinergia realizou assembléia para instauração do processo eleitoral da entidade (diretoria colegiada e conselho fiscal). Foram eleitos para compor a comissão eleitoral Elton Pinheiro, Júlio Pavese, Claudius Girard, Benhur de Castro Filho, Sovenir Macio Dias. As inscrições de chapas podem ser feitas no período de 11 a 25 de fevereiro e a eleição acontece no dia 14 de março de 2011, para um mandato de 3 anos. Maiores informações no site do Sinergia (www.sinergia.org.br) ou pelo telefone 3879-3011.

Por que participar

A luta dos trabalhadores por direitos, tanto sociais quanto políticos, tem impacto considerável na estrutura do Estado. Basta lembrar episódios ocorridos na Espanha, Portugal, Grécia, França e Reino Unido nos últimos 12 meses para entender isso. Também é verdade que o movimento sindical sofreu vários reveses nas últimas décadas, mas a importância política dos sindicatos é um fato: continua a ser um dos principais esteios da sociedade civil e da participação política organizada.

Este ano, mais uma vez os eletricitários de Florianópolis e Região terão oportunidade de fazer uma pausa e pensar o que querem de um sindicato - no caso o Sinergia - e quem colocarão no comando da entidade pelos próximos três anos. Junto com esta oportunidade para reflexão, o processo eleitoral numa entidade sindical dá oportunidade à

manifestação e embate de opiniões, a militância política. Ao se envolver no processo eleitoral o trabalhador contribui para que a categoria seja representada por quem melhor responde aos seus anseios e necessidades. Além disso, um processo eleitoral realizado com lisura, transparência e de forma direta confere à entidade a força e a legitimidade necessárias para a luta na defesa dos direitos dos trabalhadores. A participação de todos é fundamental para que os dirigentes sindicais tenham suas iniciativas respaldadas pela representatividade que lhes é concedida através do voto. Além disso, as eleições sindicais representam um período ímpar que permite a ativa participação de todos para a construção de uma entidade forte e representativa. O voto de todos dá sustentabilidade à luta da entidade que é a luta da categoria. Por isso, participe!

Pesquisa FNU/Intersul está na rua

A pesquisa do Coletivo Nacional dos Eletricitários - CNE/FNU para a campanha de data-base é realizada entre os trabalhadores de todas as empresas do grupo Eletrobras com objetivo de subsidiar os sindicatos no planejamento da campanha e na mesa de negociação. Este ano a pesquisa poderá ser respondida diretamente no site da FNU. Esta opção não somente facilita a compilação dos dados como possibilita uma participação mais expressiva da categoria. Os Sindicatos integrantes da Intersul estão encaminhando a pesquisa para os trabalhadores/as da Eletrosul através do Boletim Eletrônico. A partir do recebimento da pesquisa você já pode responder e encaminhar. O prazo para as respostas se estende até o dia 11 de fevereiro. Você sabe que sua participação é fundamental. Então, não deixe para depois!

Mudanças no Transporte Coletivo para Eletrosul/Sede

Devido ao caótico trânsito em Florianópolis e que se agrava no verão e devido também ao débil serviço público de transporte prestado na capital catarinense, uma das reivindicações dos trabalhadores(as) da sede da Eletrosul é a viabilidade pela empresa de um transporte coletivo acessivo e mais ágil. Outra questão também é que desta forma a empresa estaria contribuindo com a questão do meio ambiente e com a mobilidade social na cidade, uma vez que provavelmente vários empregados(as) deixariam de utilizar seus veículos para se locomoverem até ao trabalho. Em correspondência a diretoria da empresa, a Intersul cobrou várias pendências de 2010 e entre estas está o referido transporte. Leia abaixo, a resposta da Eletrosul de 21/12/2010: "estamos buscando atualizar os dados sobre a pesquisa de interesse dos empregados da empresa em aderir ao transporte coletivo, com custo compartilhado para, posteriormente, encaminhar aos empregados da Sede. Em face da proposta de custo compartilhado, estaremos fazendo levantamento de custo e possíveis itinerários para complementar as informações e reenviar aos trabalhadores para aferir o efetivo interesse em utilizar o transporte coletivo".

Pressão e adoecimento na Arflo

A nova administração da Agência Regional da Celesc de Florianópolis (Arlfo) iniciada no final de 2010 está impondo mudanças sem discutir-las com os trabalhadores. Os eletricitistas sobretudo acreditam que estão sendo tratados como no tempo em que trabalhador tinha somente que executar, sem possibilidade de questionar ou opinar. Aqueles que o fazem são, no mínimo, transferidos. Criou-se um clima de discórdia entre trabalhador e gerência. O Sinergia alertou que este clima de pressão propicia o assédio moral, o desentendimento, os acidentes de trabalho, o adoecimento etc.

Após a situação ficar crítica e ocorrer desentendimentos sérios, o Administrador Regional chamou na segunda-feira, dia 10, uma reunião com os eletricitistas e o Sinergia, para encontrar uma solução para as dificuldades. Um dos maiores problemas é a forma como os trabalhadores estão sendo tratados, a troca de turno que historicamente vigorava na Arflo e a descentralização de local de trabalho de alguns eletricitistas sem qualquer planejamento. A atividade dos eletricitistas exige atenção e tranquilidade para ser realizada com segurança, pois envolve risco de vida.

Durante a reunião o Administrador fez suas considerações sobre o que está ocorrendo com as mudanças e fez suas reclamações aos trabalhadores. Depois os eletricitistas fizeram suas críticas, propuseram formas de resolver problemas do trabalho e melhorias nas relações de trabalho.

Porém, o que ficou evidente é a forma que a atual gerência vem tratando os trabalhadores. Os eletricitistas colocaram na reunião que: "se sentem acuados pela forma como estão sendo tratados, não temos clima para contribuir com sugestões e idéias"; "desejamos ser tratados com humanidade e respeito"; "me sinto perseguido pela chefia"; "na época da política tudo possível, depois desde período as coisas mudam"; "estamos sendo chamados de ladrão"; "não estamos apanhando de relho, mas sim de cruzeta ou poste nas costas"; "enquanto o trabalhador sofre no sol e na chuva dando manutenção no SEP, a chefia fica no ar condicionado". Estas constatações demonstram a forma desumana como estão sendo tratados os eletricitistas. Isto é inaceitável.

Logo após a reunião, um eletricitista que estava de plantão teve principio de enfarte. Já é o terceiro enfartado em menos de três meses na Arflo. O Sinergia vai comunicar o fato a Cipa e acompanhar as próximas reuniões para sugerir resoluções a estes problemas. Vale lembrar que a Celesc está respondendo processo judicial pela forma como trata as questões de saúde e segurança do trabalho, não cumprindo a legislação.

O que mais falta é o diálogo entre a gerência e os trabalhadores. Esperamos que momentos como este se repetissem, onde todos possam expressar seus sentimentos e partilhar soluções para os problemas do cotidiano da Celesc.

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS 4966). Conselho Editorial: Rinaldo Irineu de Souza, Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: imprensa@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.